

EXM.º SR.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE MIRANDELA

Guilherme Fernando Ferreira França, contribuinte fiscal n.º 158429605, **Médico Veterinário Municipal** da Câmara Municipal de Mirandela, com Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado, com a Carreira e Categoria de Técnico Superior, vem solicitar junto de V. Ex.ª a permissão para acumular atividades privadas, nomeadamente as do exercício de Medicina Veterinária (clínica e profilaxia das doenças infecto-contagiosas) e as de formador, ao abrigo do art.º 22 da lei n.º 35/2014, de 20 de Junho.

Esclarece, que as atividades a que se propõe acumular, serão de natureza autónoma, e a remuneração é no caso da Medicina Veterinária, essencialmente resultante da acumulação dos custos com as deslocações com o da aplicação de medicamentos e a utilização de equipamentos (seringas, agulhas desinfectantes, algodão etc.). Dado o carácter normalmente de urgência bem como o facto de a assistência aos animais, sua profilaxia e bem-estar fazer parte das funções de Médico Veterinário Municipal, esta actividade tem fatalmente que ser executada durante as horas de serviço, até porque (apesar de só trabalhar para esta Câmara Municipal a 60%) me encontro disponível as 24h do dia, não tendo portanto horário normal de serviço.

As funções de formador, serão desempenhadas fora do horário normal de trabalho, porque os agricultores durante o dia trabalham na lavoura e tratam dos seus animais. As formações têm por objectivo poder fazer com que os agricultores cumpram os projectos referentes à produção pecuária, ou então possam obter certificados como os de protecção animal durante o transporte, que é indispensável para poderem proceder a deslocações dos mesmos.

Entende que as referidas atividades não são consideradas incompatíveis nem comprometem a isenção e a imparcialidade das funções públicas que desempenha nesta autarquia, já que em nada são equiparadas às funções atualmente desempenhadas, antes são complementares das mesmas. O facto de ter de normalmente se deslocar às aldeias permite um melhor serviço de extensão rural e melhor comunicação com os lavradores bem como ter melhor conhecimento sobre as realidades do concelho.

Entende ainda que as funções referidas não provocam prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, pois as funções a que se propõe acumular em nada estão relacionadas com as atribuições e competências da Câmara Municipal de Mirandela.

Francia

702

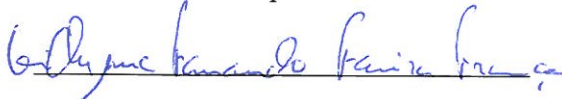
Pelo contrário, caso não possa exercer as actividades antes referidas, há um grave prejuízo para os Municípios que se vêem assim privados de socorrer os seus animais, estando em causa o rendimento das famílias que vivem apenas da agropecuária (com a possível morte ou quebra de produção dos seus animais), bem como a obrigação legal, cujo incumprimento é punível por lei, que têm de zelar pelo bem-estar dos mesmos. Lembro que apenas existem clínicos que vivam somente da actividade privada, no que toca a animais de companhia, e que normalmente se recusam a tratar animais de produção. A razão prende-se com o facto de ser uma actividade que não é nada limpa, sendo alguns animais agressivos, e ainda economicamente inviável, pois além do tempo e custo que acarretam as deslocações, está ainda dependente do valor do animal; uma ovelha pode não valer muito mais do que 50€ e por vezes é necessário operá-la, como por exemplo no caso duma cesariana.

Compromete-se ainda, sob o compromisso de honra, à cessação imediata das actividades acumuladas, no caso de ocorrência superveniente de conflito com o interesse público ou prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Pede deferimento.

Mirandela, 10 de Fevereiro de 2015.

O Requerente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gilberto Almeida Pereira', is written over a horizontal line.